

Políticas, programas e serviços arquivísticos

nas instituições federais de ensino
superior do Brasil

Archival policies, programs, and
services in federal higher education
institutions in Brazil.

SILVIA DE ARAUJO COUTINHO

Arquivista e Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos
Universidade Federal Fluminense.

silviasdac@gmail.com

PAULO ROBERTO ELIAN DOS SANTOS

Historiador e Doutor em História, Casa de Oswaldo Cruz –
Fiocruz.

paulo.elian@fiocruz.br

RESUMO: Examina o cenário arquivístico das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), quanto à introdução de políticas, programas e serviços, no período que compreende a aprovação da Lei de Arquivos e a criação e atuação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), na década de 1990, e a Lei de Acesso à Informação, implementada em 2012. Analisa a função desses marcos legais, assim como as ações do CONARQ e do Arquivo Nacional, com o objetivo de verificar em que medida estimularam o desenvolvimento da gestão de documentos e dos serviços arquivísticos nessas instituições. A partir de um conjunto de diferentes critérios, foram selecionadas 17 IFES, nas quais foi aplicado um questionário dirigido aos seus serviços de arquivos, de forma a obter informações sobre aspectos político-administrativos, organizacionais e técnico-científicos dos arquivos dessas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Federais de Ensino Superior. Gestão de documentos. Serviços arquivísticos.

ABSTRACT: Examines the archives scenario in Federal Higher Education Institutions (IFES) regarding policies, programs and services in the period that includes the approval of the Archives Law and the creation and operation of the National Archives Council (CONARQ), in the 1990s, and the Law on Access to Information, implemented in 2012. It seeks to verify the extent to which these legal milestones and the action of both CONARQ and National Archives stimulated the development of records management and archival services in these institutions. 17 IFES were selected, based on different criteria, in which a directed questionnaire was applied to gather information on political-administrative, organizational, and technical-scientific aspects from their archival services.

KEYWORDS: Federal higher education institutions. Records management. Archival services.

Introdução

As universidades cumprem papel central na formação de pesquisadores, docentes, e na produção do conhecimento científico. No Brasil, os sistemas de educação e de ciência, tecnologia & inovação, contam com as Instituições Federais de Ensino Superior, as IFES, um conjunto expressivo de universidades e institutos localizados em todos os estados da federação. As características das IFES acentuam a relevância dos seus acervos arquivísticos e estimulam os estudos sobre o tratamento a eles dispensado ao longo dos quase trinta anos decorridos da aprovação da Lei de Arquivos, em 1991.

Seus arquivos são formados por documentos produzidos e recebidos em decorrência de suas atividades e para a consecução dos seus objetivos. Dessa forma, reúnem informações registradas sobre o percurso das pesquisas nas variadas áreas da ciência, sendo importantes para a preservação e manutenção do conhecimento e da cultura científica. A análise da implantação de ações e políticas arquivísticas nessas instituições pode contribuir com o conhecimento sobre as condições de manutenção e preservação de documentos e informações relevantes, resultantes das atividades vinculadas à pesquisa, ao ensino e a extensão.

Para tanto, a pesquisa se desenvolveu em duas frentes. Para análise das discussões e ações no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) da administração pública federal coordenado pelo Arquivo Nacional, foram analisadas as atas do conselho, seus documentos normativos, entre outros materiais. No que se refere a compreensão da realidade arquivística das IFES, nossa investigação teve como campo de estudo dezessete IFES, que correspondem a 25% de um total de sessenta e oito. Priorizamos a escolha de universidades localizadas nas diferentes regiões geográficas do Brasil e criadas em diferentes períodos, com o propósito de obter uma amostragem diversificada. A mais antiga a ser analisada foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 1920, e a mais recente a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada em 2009. Nesse universo, realizamos pesquisas nos *sites*, documentos institucionais e aplicamos um questionário dirigido aos serviços arquivísticos.

Neste artigo, apresentamos os resultados obtidos, sobretudo, a partir da aplicação do questionário junto aos serviços arquivísticos do conjunto das 17 IFES. A reflexão sobre instituições inseridas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos, e criadas em conjunturas políticas distintas,

possibilitou o entendimento sobre as especificidades das IFES na elaboração de diretrizes internas, que influenciaram no desenvolvimento das práticas arquivísticas após a Lei de Arquivos. A pesquisa foi orientada por uma pergunta central: essas instituições foram motivadas a estabelecer medidas de gestão em decorrência de uma ação propositiva do CONARQ, do Arquivo Nacional, ou atuaram de forma autônoma, impelidas pelas necessidades de preservação e acesso aos seus arquivos?

Arquivos de universidades e políticas arquivísticas

A adoção de uma linha de trabalho normativa, regulatória e técnica marcou a atuação do Conarq desde sua instalação em fins de 1994. Em diferentes contextos político-administrativos, o órgão que deveria mobilizar os atores e instituições arquivísticas para a formulação e implantação de políticas públicas para a área, se prendeu a elaboração de um extenso *corpus* legal e normativo, retirando do próprio Arquivo Nacional, o protagonismo que este deveria desempenhar, pelo menos na esfera federal. Ao mesmo tempo, Conarq e Arquivo Nacional, juntos, construíram um processo decisório centralizado que não estimulou a adesão dos mais diferentes segmentos da comunidade arquivística.

Um dos objetivos dessa pesquisa foi analisar a atuação do Conarq e do Arquivo Nacional na elaboração de medidas para fomentar a gestão e a preservação de documentos e arquivos nas IFES. Verificamos as tentativas de aproximação entre o CONARQ e as IFES, e o alcance das orientações do referido Conselho em um cenário formado por universidades geograficamente distantes e com culturas administrativa e institucional próprias.

Para Bottino (2012, p. 23), os estudos sobre os saberes e as práticas desenvolvidas nos arquivos universitários, nas esferas internacional e nacional, podem ser considerados recentes. Foi na década de 1990 que surgiram os primeiros eventos destinados a fomentar a divulgação, intercâmbio de informações e a colaboração entre profissionais das instituições de ensino e pesquisa. Foi em 1992 que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) criou a Seção de Arquivos de Universidades e Instituições de Pesquisa (SUV), aberta a profissionais que trabalham em universidades, colégios, academias de ciências, sociedades científicas e instituições de pesquisa. No Brasil, também a partir dos anos 1990, o tema restringiu-se à realização de eventos científicos, promovidos por universidades ou centros de pesquisa. Entre

2003 e 2017, o Encontro de Arquivos Científicos realizado a cada dois anos, foi um espaço acadêmico de troca de experiências que abrigou não apenas instituições universitárias, mas também institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e centros de memória e documentação, de todo o país. Na última década, um esforço isolado de reunião de estudos e reflexões sobre os arquivos das universidades, resultou na coletânea organizada por Adalson Nascimento e Renato Pinto Venâncio, 'Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa', de 2012.

Na esfera federal, diante da ausência de uma política ou de diretrizes gerais dos órgãos responsáveis, o ponto de partida foi o "diagnóstico" da inexistência de instrumentos técnicos para a realização da gestão de documentos nas universidades. Por essa razão, o Arquivo Nacional — autoridade arquivística no âmbito da administração pública federal — iniciou os debates acerca da realização das funções arquivísticas e da elaboração de instrumentos de gestão para as IFES. O evento inicial foi o I *Workshop* com as IFES, no ano de 2006, e a continuidade das discussões ocorreu em reuniões técnicas, entre 2007 e 2009 (BOTTINO, 2012, p. 24). Como decorrência desse longo processo, no ano de 2011, foi publicada a Portaria nº 92, de 23 de setembro, aprovando o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo, relativos às atividades-fim das IFES. A existência e aplicação desses instrumentos contribuiriam para a efetivação da gestão de documentos nas universidades, mas representam uma solução de matriz técnica com alcance limitado, que depende de um conjunto de diretrizes políticas de natureza diversa e estruturantes.

A inexistência de diretrizes políticas tende a levar as IFES a buscar soluções institucionais. A consecução das funções de educação, de pesquisa, e de atuação na comunidade, implica em produção e acumulação de documentos que servem como prova, mas também cumprem a função de testemunho e memória organizacional e científica.

Os arquivos das IFES: trajetórias e cenário atual

O Brasil conta hoje com o total de 68 IFES, distribuídas nas cinco regiões e em todos os estados da federação. Nossa pesquisa utilizou como campo empírico 17 Instituições Federais de Ensino Superior, ou seja, 25% da totalidade de instituições, exclusivamente universidades, conforme quadro a seguir.

QUADRO 1 — IFES e Ato/data de criação

UNIVERSIDADE	UF	ATO DE CRIAÇÃO
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	RJ	Decreto nº 14.343 de 07/09/1920
Universidade Federal da Bahia – UFBA	BA	Decreto-Lei nº 9.155 de 08/04/1946
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	MG	Lei nº 971 de 16/12/1949
Universidade Federal do Paraná – UFPR	PR	Lei nº 1.254 de 04/12/1950
Universidade Federal do Pará – UFPA	PA	Lei nº 3.191 de 02/07/1957
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	PB	Lei nº 3.835 de 13/12/1960
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR	SP	Decreto nº 62.758
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	RS	Lei nº 3.834-C de 14/12/1960
Universidade do Amazonas – UFAM	AM	Decreto-Lei nº 4.069-A de 12/06/1962
Universidade de Brasília – UnB	DF	Decreto nº 500 de 15/01/1962
Universidade do Maranhão – UFMA	MA	Lei nº 5.152 de 21/01/1966
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	RJ	Lei nº 6.655 de 05/06/1979
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP	AP	Lei nº 7.530 de 29/08/1986
Universidade Federal do ABC – UFABC	SP	Lei nº 11.145 de 26/07/2005
Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFRSA	RN	Lei nº 11.155 de 29/07/2005
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	MS	Lei nº 11.153 de 29/07/2005
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	SC	Lei nº 11.029 de 15/09/2009

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaboração própria.

A escolha para compor nossa amostragem foi feita com o objetivo de cobrir todas as regiões do país e contemplar instituições criadas em períodos diferentes, nos séculos 20 e 21. Dessa forma, selecionamos 25%, quantitativo que abrange 14 estados e o Distrito Federal, com o intuito de compor uma amostra diversificada, com órgãos estabelecidos em distintas realidades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Foram enviados questionários para essas 17 instituições, a fim de examinarmos a existência e execução de projetos, programas e ações desenvolvidos a partir do marco legal de 1991, bem como, averiguar se havia procedimentos arquivísticos instaurados antes da referida Lei de Arquivos. Os questionários enviados possuem quatro blocos de perguntas, assim distribuídas: identificação; conhecimento e adoção da legislação arquivística; gestão de documentos e de serviços arquivísticos; e existência de centros de memória e documentação.

As universidades federais têm como base de atuação três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão, funções primordiais para a sua constituição, desenvolvimento e permanência nas estruturas administrativas e sociais. Essas atribuições geram ações, produzindo documentos que as comprovam, servindo como ferramentas para a utilização prática e acadêmica, e constituindo os arquivos universitários. O estabelecimento desses Arquivos como estruturas e espaços de custódia, organização e acesso, é crucial para o processo político-administrativo, a garantia do direito à informação por parte do cidadão, e a preservação da memória institucional. A criação de um setor ou órgão, por meio de um documento oficial garante ou, no mínimo, possibilita a existência e sua efetiva atuação. A oficialização de um serviço de arquivo pode não representar sua concretização, mas estimula a sua instituição e respalda a sua permanência, como “serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) e como “entidade administrativa responsável pela custódia” (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, pp. 11-12).

A partir da aplicação do questionário foi possível obter um panorama que identifica a presença do serviço de arquivo, o ano e a existência de um ato de criação, conforme quadro abaixo.

QUADRO 2 — Constituição dos Arquivos nas IFES

IFES	ANO DE CRIAÇÃO	POSSUI ARQUIVO?	ANO DE CRIAÇÃO DO ARQUIVO	ATO DE CRIAÇÃO?
UFRJ	1920	Sim	2016	Sim
UFBA	1946	Sim	1977	Sim
UFMG	1949	Sim	2015	Sim
UFPR	1950	Sim	2017	Sim
UFPA	1957	Sim	1988	Sim
UFPB	1960	Sim	2018	Sim
UFSCAR	1960	Sim	2017	Sim
UFSM	1960	Sim	1990	Sim
UFAM	1962	Sim	2001	Sim
UnB	1962	Sim	1986	Sim
UFMA	1966	Sim	2004	Sim
UNIRIO	1979	Sim	1990	Sim
UNIFAP	1986	Não	Não	Não
UFABC	2005	Sim	2010	Não
UFERSA	2005	Sim	2012	Sim
UFGD	2005	Sim	2013	Não
UFFS	2009	Sim	2010	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaboração própria.

Das instituições analisadas, apenas a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) não possui Arquivo, somente serviço de protocolo, enquanto as demais IFES possuem unidades que exercem a função de Arquivo. A Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) possuem Arquivo, mas não estão institucionalizados por meio de documentos administrativos normativos.

Cabe ressaltar que, embora algumas instituições tenham tido seus Arquivos institucionalizados nas datas apontadas, elas já possuíam ativi-

dades arquivísticas e espaços para a guarda de documentos, como é o caso da UFMG. A Diretoria de Arquivos Institucionais foi criada oficialmente em 2015, entretanto, em 1962, foi estabelecido o Arquivo Central da Reitoria, responsável pelo acervo da administração central.¹ Ao mesmo tempo, é possível constatar a criação de muitos Arquivos nas últimas duas décadas, o que pode ser compreendido, em parte, como resultado da presença e atuação de um corpo profissional de arquivistas que ingressou nas universidades a partir de meados da primeira década do século 21.

Os conjuntos de documentos das universidades podem ser agrupados nas unidades que os produzem, mas para sua correta manutenção torna-se indispensável a transferência ou o recolhimento para uma unidade arquivística. A constituição de Arquivos nas IFES (como unidades de custódia e preservação) pode ser fomentada como meio de promover e melhorar a eficiência administrativa. O estabelecimento de um local de custódia pressupõe que os acervos serão mantidos sob condições específicas, e receberão tratamento arquivístico, possibilitando que estejam ao alcance dos administradores quando necessário.

Os documentos produzidos no decorrer do funcionamento das universidades são vitais para as ações administrativas, sendo registro do desempenho e do funcionamento de gestões passadas. São, igualmente, importantes para os corpos docente, discente e técnico, tanto para o desempenho das atividades, como para comprovação de ações e aquisição e comprovação de direitos.

Os arquivos das IFES refletem suas funções, atividades e trajetória, e são mantidos para atender direitos e disposições legais, assim como preservar o registro dos procedimentos e os resultados das pesquisas científicas. Os serviços de arquivos se mostram singulares, pois retratam as particularidades dessas instituições. Assim, sua constituição é essencial para a preservação dos documentos, viabilização do acesso, definição e orientação de programas de gestão, realização do tratamento documental e fortalecimento da área na instituição.

Identificamos na pesquisa uma grande diversidade de nomes atribuídos aos setores responsáveis pelos arquivos das universidades.

QUADRO 3 — Denominação dos setores com funções de Arquivo

IFES	NOME DO SETOR	ANO DE CRIAÇÃO
UFRJ	Arquivo Central	2016
UFBA	Coordenação de Arquivo e Documentação	1977
UFMG	Diretoria de Arquivos Institucionais	2015
UFPR	Divisão de Teleatendimento, Protocolo e Arquivo Geral	2017
UFPA	Arquivo Central	1988
UFPB	Arquivo Central	2018
UFSCAR	Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico	2017
UFSM	Departamento de Arquivo Geral	1990
UFAM	Arquivo Central	2001
UnB	Arquivo Central	1986
UFMA	Divisão de Expediente, Protocolo e Arquivo	2004
UNIRIO	Arquivo Central	1990
UNIFAP		
UFABC	Divisão de Arquivo e Protocolo	2010
UFERSA	Divisão de Arquivo e Protocolo	2012
UFGD	Arquivo Institucional	2013
UFFS	Departamento de Gestão Documental	2010

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaboração própria.

As unidades que exercem as funções de orientação técnica, custódia e tratamento dos arquivos nas IFES receberam distintas nomenclaturas. Algumas efetuam atividades que englobam os documentos nas fases corrente, intermediária e permanente, outras, apenas a fase permanente. Da mesma forma, algumas unidades atuam também como protocolos, ou como centros de memória e documentação.

A variação das atividades desempenhadas pelas referidas unidades demonstra a inexistência de uma compreensão comum ou um padrão sobre as funções desenvolvidas e as ações que devem ser realizadas nos Arquivos das IFES. Essa diversidade de atribuições se reflete na variedade de termos utilizados para definir os setores responsáveis pelos documentos dessas instituições.

Para a efetivação das atividades inerentes aos Arquivos é fundamental que sejam norteadas e desenvolvidas por profissionais com formação e/ou capacitação recomendada. Buscamos investigar quais profissionais atuavam nos Arquivos das 17 IFES e verificamos a presença de graduados em Arquivologia, Biblioteconomia, História e Gestão Pública, assim como trabalhadores sem nível superior. A partir das informações coletadas, podemos observar uma predominância de profissionais com formação na área arquivística, seguida de outras áreas de conhecimento próximas. Os dados revelam que o perfil da maioria dos dirigentes dos Arquivos das IFES analisadas é de servidores com qualificação profissional, e possui formação superior, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *strict sensu*.

QUADRO 4 — Responsáveis/chefes dos Arquivos, formação profissional e cargo na instituição

IFES	GRADUAÇÃO	NÍVEL DE FORMAÇÃO/ÁREA	CARGO NA INSTITUIÇÃO	OBSERVAÇÕES
UFRJ	Arquivologia	Mestrado/Gestão de Documentos e Arquivos	Arquivista	Doutorado em curso
UFBA	Gestão Pública	Pós-graduação/ Gestão de Documentos e Informações	Assistente em administração	
UFMG	História	Doutorado/História	Professor	
UFPR	Gestão Pública	Graduação	Aux. de industrialização e conservação de alimentos	
UFPA	Biblioteconomia	Pós-graduação/ Especialização em Organização de Arquivos	Bibliotecária	
UFPB	Biblioteconomia	Doutorado/Ciência da Informação	Professora	
UFSCAR	Biblioteconomia	Doutorado/ Ciência da Informação	Professora	
UFSM	Arquivologia	Mestrado/ Patrimônio Cultural	Arquivista	
UFAM	Arquivologia	Pós-graduação/ Gestão da Adm. Pública	Arquivista	
UnB	Arquivologia	Mestrado/Ciência da Informação	Assistente em administração	
UFMA		Nível Médio	Vigilante	
UNIRIO	Arquivologia	Doutorado/ Memória Social	Professor	
UNIFAP*				
UFABC	Arquivologia	Graduação	Arquivista	
UFERSA	Arquivologia	Mestrado/Ciência da Informação	Arquivista	
UFGD**			Auxiliar em administração	
UFFS	Arquivologia	Mestrado/ Patrimônio Cultural	Arquivista	

* A instituição não possui Arquivo

** Até a conclusão dessa pesquisa a instituição não atendeu ao pedido via e-sic acerca da formação do responsável pelo Arquivo.

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaboração própria.

Há uma significativa presença de arquivistas e profissionais com pós-graduação em áreas como Ciência da Informação e Patrimônio Cultural. Esse quadro revela uma profissionalização dos gestores da área de arquivos nas IFES e fortalece a atividade intelectual, indispensável para o planejamento das ações arquivísticas, como também, para o desenvolvimento de habilidades para participação em todos os processos de tratamento documental nas diversas esferas institucionais. Em relação aos que atuam como gestores, torna-se indispensável que desenvolvam competências e qualificação para o cargo que ocupam, favorecendo a atuação desses profissionais no âmbito institucional.

A presença de arquivistas nas IFES pode ser compreendida como resultado de um longo processo de afirmação da profissão desde a sua regulamentação no Brasil, obtida por meio da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Outro aspecto que contribuiu para a presença desses profissionais foi a expansão do quantitativo de concursos para a área a partir de 2003. De acordo com Jardim (2008), de 2004 a 2008 foram abertos 41 editais com vagas para arquivistas no Poder Executivo Federal, corroborando para a ampliação desses profissionais nas instituições públicas federais.

Aos arquivistas cabe uma participação mais ampla, não agindo apenas na organização, disponibilidade célere dos documentos e atividades previstas nos programas de gestão de documentos, mas contribuindo para a construção de políticas arquivísticas institucionais, e planejando procedimentos e conduzindo ações voltadas para o uso estratégico da informação institucional.

Para que haja durabilidade dos suportes e manutenção do acesso às informações neles contida é indispensável que as ações realizadas sigam as diretrizes das áreas específicas. A preservação poderá ser racionalmente viabilizada com a associação de técnicas de distintas ciências, e a junção delas na consecução de objetivos comuns para a conservação, preservação e tratamento dos acervos. A aproximação de distintas disciplinas contribui para uma prática arquivística consistente, pois ao dialogar com outras ciências, viabiliza o aperfeiçoamento dos processos intrínsecos aos arquivos.

Essa interação é realizada para assegurar a continuidade dos documentos e das informações, sem que a arquivologia perca sua autonomia e o controle do seu objeto e do seu campo de estudo. Por essa razão, a presença de outros profissionais, além dos arquivistas, deve ser observada como benéfica e fundamental para uma prática arquivística sólida e coerente com aspectos definidos na teoria.

Consideramos necessário conhecer o lugar dos serviços de arquivos na estrutura das universidades. Assim, investigamos, por meio dos questionários, as unidades às quais os Arquivos estão subordinados. A posição dos Arquivos na estrutura organizacional é um aspecto que pode facilitar sua promoção, tornando-os mais perceptíveis para a comunidade universitária. Quanto maior a proximidade com as unidades estratégicas da “alta direção”, maiores as possibilidades de estabelecimento de relação administrativa profícua e acessível com os membros hierarquicamente superiores e responsáveis pelo processo decisório na instituição.

QUADRO 5 — Unidades de subordinação dos Arquivos das IFES

IFES	UNIDADE DE SUBORDINAÇÃO
UFRJ	Gabinete do Reitor [Reitoria]
UFBA	Pró-Reitoria de Administração
UFMG	Gabinete da Reitoria [Reitoria]
UFPR	Departamento de Logística
UFPA	Reitoria
UFPB	Gabinete do Reitor [Reitoria]
UFSCAR	Reitoria
UFSM	Pró-Reitoria de Administração
UFAM	Reitoria
UnB	Reitoria
UFMA	Departamento de material, serviços e patrimônio/Pró-Reitoria de Administração e Finanças
UNIRIO	Reitoria
UNIFAP	
UFABC	Pró-Reitoria de Administração
UFERSA	Pró-Reitoria de Administração
UFGD	Pró-Reitoria de Administração
UFFS	Secretaria Especial de Tecnologia e Informação/Pró-Reitoria de Planejamento

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaboração própria.

Os Arquivos das IFES analisadas estão, na maioria, vinculados a setores da “alta direção” das universidades, como a Reitoria ou Gabinete do Reitor e Pró-Reitoria de Administração. Trata-se de um aspecto positivo, pois pode revelar uma visão mais estratégica e central desse tipo de atividade, favorecendo a formulação de políticas arquivísticas e sua articulação com outras políticas, programas e ações em curso nas universidades.

A criação da lei de Acesso à Informação (LAI) em 2011, sua implantação no ano seguinte e seu impacto na gestão dos documentos e arquivos, tem sido objeto de estudos no campo da arquivologia.² Conforme a análise realizada e o quadro seguinte, as universidades apontam que a LAI impactou suas ações no âmbito da gestão de documentos, e algumas explicitaram quais as medidas adotadas, programas ou projetos estabelecidos para promover a gestão de documentos e, conseqüentemente, o acesso às informações. Todas as instituições da nossa amostragem informaram possuir SIC.

QUADRO 6 — Aplicação da LAI nas IFES

IFES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO SIC	PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS DEMANDAS DO SIC?	DOCUMENTOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A LAI?
UFRJ	Ouvidoria	Sim	Não
UFBA	Reitoria	Sim	Sim
UFMG	Diretoria de Governança Institucional	Sim	Não
UFPR	Não foi informado	Não	Sim
UFPA	Reitoria	Sim	Não
UFPB	Pró-Reitoria de Planejamento	Sim	Não
UFSCAR	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais	Sim	Não
UFSM	Pró-Reitoria de Planejamento	Sim	Sim
UFAM	Ouvidoria	Não	Não
UnB	Reitoria	Não	Não
UFMA	Ouvidoria	Sim	Sim
UNIRIO	Ouvidoria	Sim	Sim
UNIFAP			
UFABC	Ouvidoria	Sim	Não
UFERSA	Reitoria	Sim	Não
UFGD	Não foi informado	Não	Sim
UFFS	Reitoria	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Elaboração própria.

Em uma apreciação mais geral, cabe destacar a participação significativa da área de gestão de documentos nas solicitações de informação apresentadas por meio do SIC. Tal fato pode apontar para uma integração dos setores e um lugar de maior visibilidade para os serviços de arquivos.

Em relação à regulamentação da LAI e implantação do SIC, algumas instituições indicaram o aumento das demandas solicitadas às unidades responsáveis pela custódia dos acervos, corroborando para a imprescindibilidade do desenvolvimento de programas de gestão de documentos.

A partir desse ponto, procuramos tecer uma descrição e análise mais detalhada, de forma a contemplar os marcos da gestão dos arquivos e as iniciativas relacionadas à implantação da LAI.

Mais antiga universidade, no conjunto das IFES contempladas na pesquisa, a UFRJ tem como marco inicial das suas atividades arquivísticas, o ano de 1991, com o Serviço de Comunicações, responsável pelas atividades de arquivo e protocolo. Em 2005, houve a reestruturação do setor, visando à modernização e conformidade dos processos de trabalho com os pressupostos arquivísticos.³ Desde a Lei de Arquivos, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), tem aprovado listagens de eliminação de documentos,⁴ assim como diretrizes para a eliminação. A instituição possui política arquivística, com instruções para as atividades intrínsecas à gestão de documentos, como também, um protocolo central.

Na UFBA, em 1977 foi instituído o Serviço de Comunicação, Arquivo e Protocolo, e em 1988, o Arquivo Geral. Hoje, a Coordenação de Arquivo e Documentação é responsável pelo mapeamento e diagnóstico nas unidades da Universidade, organização dos núcleos de arquivamento, coordenação do sistema de arquivos e as atividades inerentes ao funcionamento do Arquivo Geral. A instituição possui serviço de protocolo e arquivos setoriais, assim como um sistema de arquivos.⁵

A UFMG foi uma das instituições que estabeleceu medidas voltadas ao tratamento documental antes da Lei de Arquivos. Por meio da Portaria 1.329, de 10 de setembro de 1987, foi criada a comissão de organização de arquivos,

“para definir normas de tratamento da informação e de organização de arquivos, competindo a essa definir as normas de tratamento da informação, através da análise dos documentos de arquivo, sua geração, tramitação, arquivamento, microfilmagem e descarte, além de propor medidas de racionalização e modernização desses procedimentos.”⁶

Em 1998, foi criada uma comissão para estabelecer políticas de acervos, que resultou no conhecimento do quantitativo dos documentos de arquivo acumulados, bem como, na elaboração de um projeto básico de gestão de documentos na Faculdade de Farmácia. Entretanto, a criação oficial da Divisão de Arquivos Institucionais somente ocorreu após a LAI, em 2015, juntamente com a CPAD, sendo responsável por coordenar a aplicação do que está proposto na política arquivística.⁷ Essa unidade é responsável por orientar as unidades administrativas e acadêmicas no tratamento dos acervos mantidos por elas, pois como a instituição não conta com um Arquivo Central para recolher e transferir documentos, cada setor de trabalho é responsável pela guarda desses.

A Divisão de Teleatendimento, Protocolo e Arquivo Geral da UFPR tem como uma de suas atribuições “analisar a gestão documental visando otimizar a metodologia para controle e arquivamento”.⁸ Nessa universidade, entretanto, ainda não existem políticas arquivísticas ou programas de gestão de documentos institucionalizados, e estão em fase de desenvolvimento. A Universidade possui o SIC, mas não informou qual a unidade responsável por ele.

O Sistema de Arquivos, o Arquivo Central, que contava com arquivos intermediário e permanente, e o Serviço de Protocolo e Expedição da UFPA foram instituídos em 1988. No ano anterior foi criado um Código de Classificação de Documentos por assunto para alimentar de forma controlada o sistema de protocolo, e desde 1996 a instituição aplica o CCD e TTD relativos às atividades-meio, e a partir de 2011, os instrumentos de atividades-fim elaborados pelo CONARQ.⁹ Após o estabelecimento da legislação arquivística, a instituição realizou cursos de treinamento para os servidores que atuavam nas secretarias administrativas e acadêmicas. A Universidade possui Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e arquivos setoriais, que recebem assessoria técnica, treinamento e capacitação do Arquivo Central. De acordo com os relatórios anuais de atividades¹⁰, a Universidade realiza a classificação dos processos desde a sua produção, objetivando a padronização, a racionalização, o tratamento dos acervos permanentes e atendimento aos usuários, atividades que evidenciam aspectos intrínsecos à gestão de documentos.

Na UFPA foram realizadas ações para o tratamento documental do acervo institucional e da comunidade, antes da promulgação da Lei de Arquivos. Em 1970, foi criado o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, sendo a iniciativa precursora no esforço de preservação de acervos.

vos arquivísticos, abrangendo os da Universidade e privados, para torná-los acessíveis à pesquisa. As atividades do Núcleo acentuaram a percepção de organização dos documentos da Universidade, sendo criada em 1979, a Comissão Permanente de Avaliação e Incineração, para avaliar processos e documentos da Reitoria. A instituição possui um serviço de protocolo, cujos setores responsáveis estão subordinados ao Arquivo Central.

Após a criação da legislação arquivística, a UFPB implantou o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividade-Meio¹¹ no Protocolo Geral da Reitoria e constituiu comissão para elaboração da TTD e realização de diagnóstico da massa documental acumulada nos arquivos da Reitoria. Além disso, em 1995, a instituição realizou o primeiro Curso de Especialização em Organização de Arquivos¹², que fomentou a criação de comissão para avaliar os documentos de acordo com a legislação arquivística.

Em 1998, a UFPB iniciou os estudos para elaboração da TTD das atividades-fim, sendo aprovada pelo Arquivo Nacional e pelo Conselho Universitário em 2001. Para a aplicação dos instrumentos de gestão, a Universidade promoveu seminários de avaliação e documentos, investindo na capacitação dos servidores. Apesar dessas medidas, a instituição ainda não realizou eliminação de documentos.

A principal medida adotada pela UFSCar após a Lei de Arquivos de 1991, foi a constituição da CPAD, em 2014. De acordo com as respostas obtidas, a LAI fomentou a criação do SIC e da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA), unidade vinculada à Reitoria, tendo como objetivo identificar o valor histórico, salvaguardar e tornar acessível o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar. Segundo as informações dadas nos questionários, a unidade está trabalhando no estabelecimento de suas políticas, criando procedimentos e processos referentes à gestão de documentos. Entretanto, não localizamos informações sobre a política arquivística institucional ou a efetivação dos processos de trabalho previstos em um programa de gestão.

A UFSM foi uma das instituições analisadas que estabeleceu medidas arquivísticas relevantes antes da promulgação da Lei de Arquivos. Em 1988, foi constituída uma equipe para fazer o diagnóstico dos arquivos na instituição, resultando em recomendações técnico-científicas. Em 1990, na 438ª reunião do Conselho Universitário, foi aprovada a criação da Divisão de Arquivo Geral (DAG) e o projeto de implantação do sistema de arquivos.¹³ A CPAD foi estabelecida após a criação da DAG, iniciando-se, também, a im-

plementação do sistema de arquivos na instituição. A Universidade possui Arquivos setoriais, responsáveis pela assessoria arquivística para orientar a organização dos documentos nas unidades/subunidades, objetivando a padronização e a integração das atividades. A Universidade possui protocolo e utiliza os instrumentos de gestão, o CCD e a TTD, além de estabelecer a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos e a Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Institucionais, que tem como objetivo desenvolver e acompanhar o projeto de informatização da gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos, incluindo os documentos nato-digitais.

Após a sanção da Lei de Arquivos, a UFAM reativou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, criou o serviço de consultoria arquivística, a organização arquivística de acervos com massa documental acumulada e a transferência de documentos passíveis de eliminação para a avaliação da CPAD. A instituição possui serviço de protocolo e Arquivo Central, o qual é responsável pelo estabelecimento de procedimentos de gestão de documentos, o atendimento aos usuários, capacitação e treinamento de servidores e assessoramento às unidades.

Na UnB, as iniciativas para a criação de uma unidade que custodiasse e promovesse o acesso do acervo, foram iniciadas na década de 1980, quando o Arquivo Central foi estabelecido com o nome de Centro de Documentação.¹⁴ De acordo com o relatório de atividades de 2018¹⁵, a unidade submeteu, para análise do Conselho Consultivo do Arquivo, a minuta da política arquivística e o programa de gestão de documentos na instituição. Segundo os relatórios¹⁶ do Arquivo, já eram realizadas ações para a gestão de documentos, mesmo sem a instituição possuir um programa oficial. Os registros apontam a classificação, avaliação, recolhimento e tratamento de massa documental acumulada em unidades da Universidade. O Arquivo possui sistema de protocolo atuando em toda instituição, manual de gestão de documentos e guias do arquivo permanente e a CPAD, criada em 2015.

A UnB conta com o SIC, cujo órgão responsável é o Gabinete da Reitoria, mas não possui documentos classificados com base na lei. De acordo com as informações obtidas, o principal impacto da LAI na instituição foi a percepção da necessidade de organização dos documentos para possibilitar o atendimento das solicitações dentro dos prazos estabelecidos. Foi instituído na Universidade, em 2018, o Grupo de Trabalho para análise e proposição de diretrizes de Gestão de Documentos aplicadas à Universidade de Brasília, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento da política arquivística da instituição.

A UFMA instituiu a CPAD em 2016, tendo como um de seus objetivos a implantação de uma Comissão de Gestão de Documentos Arquivísticos. A Universidade possui protocolo, que realiza o envio de processos para arquivamento no Arquivo Geral. A organização dos documentos é realizada de maneira descentralizada, e cada unidade é responsável por sua produção documental, não sendo essa atividade direcionada ou definida pelo Arquivo Geral, que somente guarda os processos. Não foi informado sobre programas de gestão de documentos ou elaboração de política arquivística na instituição.

A UNIRIO estabeleceu seu sistema de arquivos e política arquivística em 1990, por meio da Resolução nº 815 de 20 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a criação e implantação do Arquivo Central na Universidade. A instituição possui Arquivo Central e unidades de Arquivos e protocolos setoriais. A Universidade conta com protocolo e um manual com os procedimentos para as atividades dessa unidade, possuindo, igualmente, manual de padronização de documentos. Não informaram, tampouco localizamos, informações sobre a existência de política arquivística e programas de gestão de documentos.

Na UNIRIO, as demandas do SIC são atendidas pela Ouvidoria e o órgão responsável pelo monitoramento da implementação da LAI é a Pró-Reitoria de Planejamento, que criou a Comissão Permanente de Transparência Organizacional (CPTO) para este fim.

As três próximas universidades foram criadas no ano de 2005. A UFABC elaborou o Manual de Padronização de Documentos, estabeleceu a CPAD e a implantação de sistema informatizado para a gestão de documentos físicos institucionais. A instituição possui o SIC, cujas solicitações são recebidas pela ouvidoria, e criou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADS, mas não possui documentos classificados de acordo com a LAI.

A Divisão de Arquivo e Protocolo da UFERSA é responsável pelo planejamento, coordenação e organização do sistema de arquivos da Universidade, incluindo os documentos produzidos em meio eletrônico.¹⁷ O setor de Arquivo Geral tem como competência a elaboração e a implantação de programas de gestão de documentos, bem como, as atividades inerentes aos processos arquivísticos. Entretanto, não explicitaram a execução de programas ou ações para tais finalidades. A ação que localizamos, no decorrer da pesquisa sobre a instituição, foi a realização de avaliação conduzida pela CPAD¹⁸, cujas atividades foram iniciadas em 2018.

A UFGD possui o Arquivo institucional e a Divisão de Protocolo Geral¹⁹, que disponibiliza manual e os procedimentos de utilização do sistema

interno da Universidade. O Arquivo é responsável apenas pelo recolhimento dos documentos, não atuando nas fases de produção e uso administrativo. Não foi informado e não localizamos a existência de uma política arquivística ou programa de gestão de documentos.

A UFFS, criada em 2009, é a mais nova das universidades escolhidas. Em 2010, instituiu o Departamento de Gestão Documental. Em 2016, foi estabelecida a política de gestão de documentos na instituição, por meio da Resolução nº 13²⁰, do Conselho Universitário. Foi definido, por meio de Resolução, o uso do CCD e da TTD. A Universidade tem definidos, por meio de instruções normativas, procedimentos para as atividades de protocolo, de gerenciamento de documentos no Sistema de Gestão de Processos e Documentos (SGPD), transferências, recolhimentos, empréstimos e consulta de documentos. A UFFS apresenta serviços de expedição e protocolo nos *campi* que a compõe e na Reitoria.

Foram estabelecidas portarias criando a CPAD e normatizando os processos internos para a eliminação de documentos arquivísticos. A primeira eliminação ocorreu em 2015. A instituição disponibiliza manuais e recomendações sobre produção, uso e organização dos documentos para uso da comunidade universitária.²¹

Verificamos que as instituições analisadas, exceto a UNIFAP, desenvolveram, após a Lei de Arquivos, medidas para estruturar o fluxo de documentos e aperfeiçoar o tratamento arquivístico. Contudo, é possível afirmar que estas medidas são assistemáticas e sofrem de descontinuidade. Tendem a caracterizar breves períodos de atenção aos arquivos. É interessante observar três momentos que marcam a adoção de medidas relacionadas à gestão dos arquivos nas IFES. O primeiro, na década de 1980, identificado na redemocratização política do país, na agenda de mudanças modernizadoras conduzida pelo Arquivo Nacional, nos trabalhos da Assembleia Constituinte e na aprovação da Constituição de 1988 (JARDIM, 2014). Na década de 1990, já com o Conarq em funcionamento, parece ocorrer uma ‘nova onda’ de medidas, ainda que isoladas e fragmentadas. Um terceiro momento, surge em decorrência da LAI, implementada a partir de 2012, mas também de um processo de “institucionalização” de ações voltadas para a gestão dos documentos e arquivos, com a perspectiva de se traduzirem mais adiante em políticas institucionais.

Em algumas universidades, o papel desempenhado pelos Arquivos já estava inserido nas pautas de discussões e planejamento de medidas antes desse marco legal, que fomentou e norteou o avanço dos processos de trabalho e o aperfeiçoamento dos serviços arquivísticos.

Observamos, igualmente, que o estabelecimento de diretrizes para viabilizar a padronização dos serviços arquivísticos é um aspecto recorrente nas atribuições das unidades de Arquivo e protocolo, haja vista que a manutenção e gestão da informação estão diretamente relacionadas com o controle dos documentos enquanto instrumento e resultado de ações administrativas. A inexistência de métodos normalizados afeta a produção documental e o controle do ciclo da informação no ambiente institucional, prejudicando o tratamento técnico e o acesso aos documentos.

Algumas instituições criadas antes de 1991 não souberam informar e não localizamos, por meio de pesquisa nos sítios eletrônicos, como era realizada a organização dos acervos antes da Lei de Arquivos. Por conta desse aspecto, percebemos a grande deficiência na elaboração e manutenção de registros documentais acerca dos processos de trabalho realizados nas instituições.

Considerações finais

Os documentos de arquivo são provas consistentes, evidentes e explícitas da trajetória e das atividades exercidas pelas instituições a que pertencem. Neles estão refletidos os caminhos percorridos e os vínculos estabelecidos nas esferas político-administrativa, acadêmica, educacional, e social para a execução dos objetivos definidos pela entidade, seja ela, pública ou privada. A identificação da proveniência, a manutenção da organicidade e do contexto de criação dos documentos os legitima a serem instrumento de construção de novos conhecimentos e saberes, e de aquisição de direitos. Dessa forma, as unidades de custódia e responsáveis pela implantação da gestão de documentos assumem elevada responsabilidade e importância no cenário das IFES.

Por conta dessa relevância, nossa pesquisa verificou as principais iniciativas do Conarq e da Subcomissão SIGA-MEC no tocante à elaboração e ao fomento de ações para a modernização e adequação das atividades arquivísticas nas IFES (COUTINHO, 2019). Identificamos como medida mais relevante na disseminação da gestão de documentos, a elaboração dos CCD e TTD referentes às atividades-meio e fim dessas instituições. Esses instrumentos são determinantes para a efetivação dessas atividades, mas dependem de ações 'macro-políticas' que lancem as bases para programas estruturantes e sustentáveis no âmbito da gestão dos documentos e arquivos.

A Lei de Arquivos e a Lei de Acesso à Informação são marcos legais que contribuíram e ainda contribuem para conscientizar as instituições sobre sua responsabilidade na preservação, processamento e uso dos acervos e no atendimento das demandas de acesso, por parte dos cidadãos e da sociedade, de uma maneira geral.

Identificamos em nossa análise que as Instituições Federais de Ensino Superior pesquisadas possuem conhecimento dos referidos marcos legais, e da relação entre esses e a elaboração e implementação de programas institucionais voltados à gestão de documentos, e todos os aspectos que permeiam a racionalização e efetivação das práticas arquivísticas, corroborados pelas medidas estabelecidas após 1991.

Promover a preservação e facilitar o alcance da informação aos que dela necessitem, são fatores que permeiam a construção de métodos e planejamentos eficazes para a organização dos conjuntos documentais custodiados nos espaços universitários. A gestão de documentos incide nas estruturas visíveis, como também em aspectos intangíveis, uma vez que contribui para o conhecimento e acesso aos registros construídos por décadas de trabalho institucional.

A ampliação do tratamento e acesso aos arquivos das IFES somente poderá ser viabilizada e duradoura mediante a consolidação de programas de gestão de documentos, que sejam consistentes e aplicados ininterruptamente. A perenidade dos processos de trabalho no âmbito desses programas incide na existência de serviços de arquivos estruturados, agilizando o acesso para os usuários de todas as etapas da trajetória dos documentos nas instituições.

A inexistência ou ineficiência de programas de gestão e serviços arquivísticos nas universidades é um entrave, não apenas para o funcionamento administrativo, mas também para a pesquisa e o desenvolvimento científico e cultural. Esse cenário representa a possibilidade de perda de um legado científico, cuja construção demandou investimentos históricos.

Os aspectos observados nessa pesquisa, acerca da realidade arquivística nas IFES, evidenciam, de um lado, avanços de natureza institucional e técnico-científica. A obra *'Experiências exitosas em gestão, preservação, descrição e difusão de documentos arquivísticos em Instituições Federais de Ensino'* (FERRARO; RANGEL, 2020) revela a diversidade de iniciativas em curso e a potencial do trabalho em rede no âmbito dos arquivos das universidades. Há um evidente avanço das atividades de tratamento técnico dos arquivos. Nossa pesquisa aponta ainda a existência de uma dinâmica própria dessas

instituições na direção de políticas e programas arquivísticos. De outro lado, reforça a urgência de políticas a serem concebidas pelo Conarq, em diálogo com os principais atores da área, a saber: as instâncias do MEC, as IFES, as agências de fomento, a Rede Nacional de Arquivistas das IFES – ARQUIFES, as sociedades científicas, e as associações de docentes, de forma a comprometer esses mesmos atores com programas e ações capazes de fortalecerem a função das universidades na promoção do acesso ao conhecimento.

Notas

- 1 Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/modules/wfchannel/index.php?pagenum=15>. Acesso em: 12/06/2019.
- 2 São inúmeras as pesquisas sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e sua relação com os arquivos e a gestão das informações na administração pública. No âmbito da pós-graduação vale destacar as dissertações de Paola Rodrigues Bittencourt. Implementação da lei de acesso à informação no Poder Executivo Federal: uma análise a partir dos serviços arquivísticos (2014. 150f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Vanessa Leite Miranda. Aspectos arquivísticos da aplicação da Lei de Acesso à Informação nas universidades federais do Estado do Rio de Janeiro (maio de 2012 a maio de 2014) 2015. 125 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); e Lorrane Cristina Passos Sizenando. A participação de atores arquivísticos na implementação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo dos estados brasileiros. (2011-2015) 2016. 114 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). O periódico Liinc em Revista (v. 9, n. 2, 2013) com o tema 'Acesso à Informação Governamental', organizado por José Maria Jardim e Ana Celeste Indolfo, reuniu um conjunto de artigos com diferentes interpretações, incluindo estudos sobre as universidades públicas federais. Mais recentemente, vale destacar o artigo: ROSA, Tatiana Costa; CABERO, Maria Manuela Moro artigo 'A transparência ativa das IFES brasileiras que ofertam a graduação em Arquivologia', Inf. & Soc.: Est., v. 29, n. 4, pp. 251-272, out.-dez. 2019.
- 3 Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/index.php/historico>. Acesso em: 14/06/2019
- 4 Disponível em: <http://siarq.ufrj.br/index.php/eliminacao-de-documentos>. Acesso em: 14/06/2019.
- 5 Disponível em: <https://proad.ufba.br/CAD/servicos>. Acesso em: 13/06/2019.
- 6 Disponível em: www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_13993155525367dc602f4a3--7. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/modules/wfchannel/index.php?pagenum=15>. Acesso em: 13/06/2019
- 7 Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/modules/wfchannel/index.php?pagenum=15>. Acesso em: 13/06/2019
- 8 Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/12/coplad3517-com-assinatura.pdf>. Acesso em: 12/06/2019.
- 9 Disponível em: <http://arquivocentral.ufpa.br/index.php/institucional>. Acesso em: 14/06/2019.
- 10 Disponível em: <http://arquivocentral.ufpa.br/index.php/licitacoes-e-contratos>. Acesso em: 14/06/2019.
- 11 Resolução CONARQ n. 4, de 28 de março de 1996.
- 12 O curso tinha em seu corpo docente e discente, servidores que trabalhavam com os arquivos na instituição.
- 13 Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/historico/>. Acesso em: 13/06/2019.
- 14 Disponível em: <http://www.arquivocentral.unb.br/institucional/o-arquivo-central-ace>. Acesso em: 13/06/2019.
- 15 Disponível em: http://www.arquivocentral.unb.br/images/documentos/Relatorio/SEI_UnB---3414079--Relatrio-de-Atividades2018.pdf. Acesso em: 13/06/2019.
- 16 Disponível em: <http://www.arquivocentral.unb.br/documentos/relatorios-de-atividades>. Acesso em: 13/06/2019.
- 17 https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2019/03/REGIMENTO-GERAL-DA-UFERSA_versão-2019-até-Emenda-14.pdf
- 18 Disponível em: <https://cpad.ufersa.edu.br/sobre-a-cpad/>. Acesso em: 14/06/2019.
- 19 Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/divisao/protocolo/index>. Acesso em: 13/06/2019.
- 20 Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consumi/2016-0013>. Acesso em: 12/06/2019.
- 21 Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial_de_tecnologia_e_informacao/gestao-documental/manuais-e-recomendacoes. Acesso em: 13/06/2019

Referências bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Uma política de arquivos para a universidade brasileira”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS. **Atas**. Campinas: Unicamp, 1991. pp. 11-25.
- BOTTINO, Marisa. “Arquivo universitário: sonho ou realidade?”. In: NASCIMENTO, Adilson; VENÂNCIO, Renato (Org.). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, pp. 23-35.
- BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 15/10/2018.
- BRASIL. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 246, p.2, 13 dez. 2003. Seção 1.
- BRASIL. Portaria MEC n. 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2013. Disponível em: <http://siga.arquivonacional.gov.br/index.php/legislacao-e-normas/legislacao-portarias/341-portaria-mec-n-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 01/08/2018.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida;
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. (versão bolso). São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/Fapesp, 2010.
- Conferência da SUV (2009: Rio de Janeiro). “A natureza dos arquivos universitários e de instituições de pesquisa: perspectiva internacional”. In: **Anais da Conferência SUV e IV Encontro de Arquivos Científicos**, 8 a 11 de setembro de 2009. Rio de Janeiro: MAST; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- COUTINHO, Sílvia de Araujo. **Políticas, programas e serviços arquivísticos: uma abordagem das Instituições Federais de Ensino Superior**. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, 2019.
- FERRARO, Juliana R.; RANGEL, Thayron R. (Org.). **Experiências exitosas em gestão, preservação, descrição e difusão de documentos arquivísticos em Instituições Federais de Ensino**. São Paulo: ARQ-SP, 2020. 224 pp.
- JARDIM, José Maria. “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal”. In: **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, pp. 35-49, jan.-abr. 2013.
- JARDIM, José Maria. “O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980”. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.
- JARDIM, José Maria. “A diversidade arquivística brasileira”. In: **Enc. Bibli. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 13, n. 26, 2008.
- NASCIMENTO, Adalson; VENÂNCIO, Renato (Org.). **Universidades e arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.
- RONCAGLIO, Cynthia. “O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo

Central da Universidade de Brasília". In:
RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da
Informação. Brasília, v. 9, n. 1, pp. 178-194,
jan.-jun. 2016.
UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS.
Histórico. 2019. Disponível em: [https://
www.ufmg.br/diarq/modules/wfchannel/
index.php?pagenum=15](https://www.ufmg.br/diarq/modules/wfchannel/index.php?pagenum=15). Acesso em:
12/06/2019.
VENÂNCIO, Renato. "Arquivos

universitários no Brasil: esboço de uma
cronologia". In: NASCIMENTO, Adalson;
VENÂNCIO, Renato (Org.). **Universidades e
arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo
Horizonte: Escola de Ciência de Informação
da UFMG, 2012.

Recebido em: 01/11/2020
Aprovado em: 26/11/2020